

PF indiciará 2000 no Amazonas por falsificação de diplomas

KATIA BRASIL
Correspondente

MANAUS — Duas mil pessoas deverão ser indiciadas pela Superintendência da Polícia Federal do Amazonas até o término das investigações sobre a falsificação de diplomas de 2º grau em Manaus. O delegado Rosinaldo Wanderley, que preside cinco inquéritos sobre o assunto, investiga desde 1991 uma quadrilha formada por funcionários da Secretaria Estadual de Educação e Cultura (Seduc). Na semana passada, ele enviou um inquérito para a Justiça Federal e indiciou quatro servidores, três pessoas que faziam a intermediação

da venda e o vereador Maurício Filho (PPR/AM), acusado de comprar diploma.

Na semana passada, o delegado convocou novamente o deputado estadual, Ronaldo Lázaro Tiradentes (PPR/AM), para prestar depoimento dia 17. O deputado está indiciado por ter diploma falso, adquirido em 1985, na Escola Estadual Altair Severino Nunes. Com o diploma ele pode participar do vestibular de 1993 para a Universidade do Amazonas.

— Não passou nas provas para entrar para Universidade porque nunca estudou na escola de 2º grau — disse Wanderley.

Na última sexta-feira, o advo-

gado Armando Jimenez garantiu, na Polícia Federal, que Tiradentes tem um diploma de uma outra escola, e exigiu, como determina a Constituição Estadual, que o deputado escolha o local do depoimento, que deverá ser em seu escritório.

Segundo o delegado, os envolvidos em crimes de estelionato e falsidade ideológica estão sujeitos a penas de um a quatro anos de prisão.

— Nem o deputado está livre disso. O crime é federal — alerta.

Ele explicou que a quadrilha age desde 1980 e que na semana passada foi vendido um diploma por CR\$ 160 mil. Um dono de uma gráfica e uma funcionária

da Secretaria de Educação, dos quais o delegado não quis revelar os nomes — iniciaram o negócio milionário. Vinte pessoas estão ligadas hoje à venda direta dos diplomas, que são emitidos basicamente por três escolas estaduais.

O secretário estadual de Educação e Cultura, Josué Filho, não quis comentar as denúncias da PF. Ele alegou que em 1991 não era secretário e que só entrou no governo no final de 1992. Disse ainda que os funcionários apontados já foram afastados da Secretaria.

— O delegado tem que punilos, enviando os inquéritos para a Justiça para dar jeito nesses ladrões — reagiu Josué Filho.